

ARQUITETURA POPULAR EM PORTUGAL. VALORES EXPRESSIVOS: O ESPAÇO-TRANSIÇÃO

ALEXANDRA CARDOSO

MARIA HELENA MAIA

Centro de Estudos Arnaldo Araújo /ESAP, Porto

JOANA CUNHA LEAL

Instituto de História da Arte /FCSH-UNL

A presente comunicação resulta do projecto de investigação A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma Leitura Crítica que temos vindo a desenvolver no Centro de Estudos Arnaldo Araújo, com o apoio da FCT, desde 2010.

Este trabalho estrutura-se em grande parte a partir de duas variáveis analíticas da arquitectura, que Vieira de Almeida¹ identificou como parâmetros em surdina, no caso, a importância da maior ou menor espessura das paredes – assim configurando o que chamou uma poética de paredes delgadas por um lado e uma poética de paredes espessas, por outro – e o espaço-transição, ambas entendidas como valores expressivos em si mesmos.

É desta segunda variável que aqui nos propomos tratar, tal como foi definida por Pedro Vieira de Almeida² e portan-

to aquela que importa desde já clarificar.

Efectivamente, foi Vieira de Almeida³ quem na viragem para a década de 60, propôs como nova categoria crítica, o espaço-transição. Para tal baseou-se na importância atribuída por Rex Martienssen⁴ ao pátio/peristilo e ao stoa gregos e da ideia de Eglo Benincasa de que na Europa do Sul se vive habitualmente num semi-aberto (sic) pelo que “conservar nos ambientes abertos o máximo de intimidade” constituiria um problema fundamental da arquitectura desta zona⁵.

Este semi-aberto corresponderia pois ao espaço-transição, isto é, a um espaço que não é nem interior, nem exterior e que traduz uma forma ancestral de habitar que, no seu e no nosso entender continua válida⁶.

¹ Pedro Vieira de Almeida, Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. O Propósito de Uma Investigação. Documento zero. Porto: CEAA, Edições Caseiras / 14, Porto, 2010

² Pedro Vieira de Almeida esteve na origem do projecto A “Arquitectura Popular em Portugal”. Uma Leitura Crítica, de que foi Investigador Responsável até à data da sua morte em Setembro de 2011.

³ Pedro Vieira de Almeida, Ensaio sobre algumas Características do Espaço em Arquitectura e Elementos que o Informam, CODA, ESBAP, 1963

⁴ R.D. Martienssen – La idea del espacio en la arquitectura griega. Buenos Aires: Nueva Vision, 1958, p. 70, 64, 17 e 38

⁵ Eglo Benincasa (L'arte di abitare nel mezzogiorno, L'A, nº2) citado por Pedro Vieira de Almeida, Ensaio sobre algumas Características do Espaço ..., p.127

⁶ Pedro Vieira de Almeida, Ensaio sobre algumas Características do Espaço ..., p. 127



Realçando a importância do espaço-transição no que se refere à ligação entre um espaço-interno e um espaço-externo, entre o dentro e o fora, Vieira de Almeida⁷ defende que é nele que radica a “fluidez e a continuidade espacial nas relações entre arquitectura e urbanismo”.

Anos mais tarde, já no âmbito deste projecto, defende-
rá que o espaço-transição “é uma qualidade específica de espaço que podemos investir de responsabilidades particulares seja no campo expressivo, seja no campo das preocupações sociais”⁸.

Efectivamente, para além do carácter expressivo e de articulação com a envolvente dos espaços-transição, Vieira de Almeida chama a atenção para importância da sua existência no fogo pela “sua função clara como representando aquilo que em arquitectura poderia verdadeiramente propor uma liberdade de apropriação no habitar”. Isto porque, continua, “o espaço-transição corresponde no seu mais exigente quadro de entendimento a uma verdadeira noção de espaço-função, em que o espaço é por si só sem qualquer outra adscrição, a sua própria função”.⁹

Assim, o espaço-transição constitui por si mesmo um espaço de liberdade de apropriação. Tentar identificar o real significado expressivo desta categoria na estruturação de uma ideia de habitar, tornou-se assim num dos objectivos do nosso projecto.

Para garantir a objectividade da leitura a que nos propomos, foi importante poder contar com um universo de trabalho ‘estabilizado’, como é caso do das arquitecturas a que concretamente se refere o Inquérito, pelo que centramos

o nosso estudo em exemplos das estruturas de habitação rural nele registadas.

Do nosso ponto de vista, este levantamento tem a vantagem de representar uma expressividade arquitectónica “espontânea, popular, genuína, no sentido de culturalmente cândida, não dominada por ideias eruditas”, se bem que nela estejam presentes escolhas culturais que, “ainda que não dirigidas a um fim culturalmente predeterminado”, ultrapassam a “simples resposta por pura necessidade, às condições encontradas em cada local”¹⁰.

Uma vez decidido o universo de estudo, rapidamente nos deparamos com a impossibilidade de o utilizar tal como se nos apresentava. Logo numa primeira aproximação ao material gráfico – registado em mapas parciais que identificam, segundo os seus autores, “as relações, as analogias e a distribuição tipológica”¹¹ dos edifícios rurais – ressalta uma ausência de compatibilização da sinalética empregue nas diferentes zonas, o que por si só impossibilita qualquer análise comparada dos resultados.

Foi, portanto decisivo para este estudo, tratar e trabalhar a documentação existente, através de um processo de sistematização da informação, por etapas, que resultou em mapas-resumo reduzidos às estruturas habitacionais e com recurso a sinalética mais homogeneizada, que permitissem ler todo o território nacional de uma forma mais integrada.

Como método de trabalho para a realização desta tarefa, criámos dois níveis complementares de registo de toda a informação, Cartas e Quadros¹², sendo que os resultados neles plasmados permitiram não só a interpretação dos

⁷ Pedro Vieira de Almeida, Ensaio sobre algumas Características do Espaço ..., p. 96

⁸ Pedro Vieira de Almeida, Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura Crítica do Inquérito à Arquitectura Regional. Caderno 2. Porto: CEAA, 2013 (2011).

⁹ Vd. Pedro Vieira de Almeida, Apontamentos para uma Teoria de Arquitectura. Lisboa: Horizonte, 2008.

¹⁰ Pedro Vieira de Almeida, Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. O Propósito..., p. 12

¹¹ “Introdução” da Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988 (1961), p. 7. A 3ª edição é a citada neste texto.

¹² A informação gráfica mencionada nesta comunicação consta do terceiro volume das conclusões finais do projecto de investigação. Vd. Maria Helena Maia, Alexandra Cardoso e Joana Cunha Leal, Dois Parâmetros de Arquitectura Postos em Surdina. Leitura Crítica do Inquérito à Arquitectura Regional. Caderno 3. Porto: CEAA, 2013.



dados em termos de conjunto, mas também a planificação das sucessivas fases de aproximação ao tema.

Assim, partimos dos mapas tipológicos parciais, publicados na *Arquitectura Popular em Portugal*, para fazer coincidir numa única carta as fronteiras das zonas inquiridas, numa tentativa de obter uma leitura o mais uniforme possível.

Seguiu-se um processo de depuração da informação, cuja descrição não cabe na economia desta comunicação, de que se destaca a criação de uma base digital interactiva que permitiu manusear os dados gráficos recolhidos no Inquérito de uma forma orientada e justificada para o estudo das hipóteses de trabalho formuladas, entre as quais se conta a do espaço-transição enquanto valor expressivo.

Para além da constatação da existência de um evidente excesso de dados, este exercício permitiu perceber que para um estudo comparado faltava o mapa resumo da Zona 5 (Alentejo). Intencionalmente, esta equipa não registou qualquer mapa por considerar que a relação entre elementos que apresentam características comuns não se reflecte numa “firme classificação tipológica arquitectónica”¹³, apesar de previamente admitir e identificar “constantes arquitectónicas”¹⁴ na análise feita a toda esta zona.

Para resolver este vazio foi decidido fazer um esboço do mapa em falta, com base numa carta regional anotada pela equipa desta zona¹⁵, tentando identificar os critérios de abordagem usados pelos autores e sinalizando no território a localização dos exemplos recolhidos. Registe-se que a elaboração deste esboço tipológico constituiu uma tentativa de interpretar graficamente o que a estrutura do capítulo *Arquitectura da Zona*¹⁶ em si já prevê: identificar caracte-

rísticas comuns nos tipos de soluções construtivas face às condições geográficas patentes em cada sub-região.

A partir desta tarefa tornou-se possível dispor de uma base de trabalho para todo o país.

Paralelamente, constatámos a diversidade de leituras de zona para zona, patente na multiplicidade de sinais (um total de 82) usados pelas 6 equipas de arquitectos para identificar os exemplares considerados representativos da arquitectura popular em Portugal.

No processo de sistematização de informação que se seguiu, excluímos alguns elementos que não nos pareceram relevantes para a investigação crítica que pretendemos desenvolver. Como resultado, destacámos as estruturas com maior carácter indutor de vida colectiva – a habitação – anulando as restantes que nos pareceram apresentar apenas uma utilidade induzida – as estruturas de apoio à habitação, as estruturas de apoio à produção, os equipamentos, as igrejas e capelas. Findo este processo apuraram-se 53 tipos de habitação popular.

Posteriormente, entendemos proceder a uma tentativa de agrupamento num mesmo sistema de classificação por tipos, os exemplos de habitação que no Inquérito são entendidos separadamente e apresentados como distintos, sem que disso nos parecesse à partida resultar qualquer vantagem analítica.

Tendo sempre presente neste processo, a necessidade de identificar o valor expressivo do espaço-transição, em cada zona foram associados os exemplos de habitação, que contendo em si características comuns, melhor representavam este parâmetro¹⁷.

Para tal, cruzaram-se os dados contidos nos mapas ti-

¹³ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 59

¹⁴ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 58

¹⁵ Trata-se de Esboço duma Carta Regional de Portugal de Amorim Girão publicada pela equipa da zona 5. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 60

¹⁶ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 58-119

¹⁷ Exemplos evidentes são as casas de lavoura da Zona 1 apontadas como exemplos individuais ou as diversas variações das casas com varanda na Zona 2.



pológicos – caracterização física e funcional das habitações tipo – com a vasta informação da publicação *Arquitectura Popular em Portugal: desenhos de arquitectura (plantas e cortes) e fotografias*. Esta fase implicou uma leitura detalhada da descrição feita por cada equipa, para cada exemplo, no contexto da zona correspondente e posteriormente a informação obtida foi cruzada tendo agora como base todo o território nacional e cujo resultado foi por nós registado na carta do espaço-transição.

Num primeiro nível de leitura comparada e dentro de um quadro de referência do espaço-transição, identificou-se a varanda como elemento arquitectónico significativo nos exemplos recolhidos e registados pelos arquitectos do Inquérito, presente em todas as zonas de estudo, se bem que com menor predominância na Zona 5.

Embora a abordagem seja diferente no que se refere à sua origem, uso e significado – com as equipas do Norte mais próximas a vectores antropológicos e as do Sul mais ligadas a factores de ordem climática – todos salientam a importância da varanda como uma componente espacial muito determinante para a caracterização das arquitecturas da respectiva região.

À semelhança da varanda, mas com características de maior contenção e intimidade, o alpendre, é igualmente importante para este estudo. Por último, foram igualmente considerados representativos de espaços-transição, o pátio e a açoteia, especialmente presentes a sul do Tejo.

Embora se trate de espaços sem uma definição rígida quanto ao seu uso, temos a consciência de que existem diferenças no modo como estes se articulam com o núcleo da habitação.

Se por um lado as varandas e os alpendres podem estar mais dependentes do próprio processo de habitar e por isso estabelecem uma relação mais íntima e complementar com o núcleo da família, os pátios, em especial os associados à tipologia do monte alentejano, são espaços de

articulação estrutural entre vários núcleos funcionais cuja apropriação acontece sempre numa dimensão colectiva, que não vem pôr em causa a interioridade da casa que é sempre mantida.

Num segundo nível de leitura importa compreender de que forma o espaço-transição é entendido e integrado no modo de habitar, e portanto proceder à análise do significado que estes espaços assumem dentro do fogo, assim como a sua articulação e hierarquização com as funções que lhes estão associadas.

A partir dos exemplos do Inquérito e das aproximações e sensibilidades que cada equipa reteve na sua análise, pretendemos por fim averiguar qual o valor e significado do espaço-transição na arquitectura de matriz vernacular para a “criação de vectores de habitabilidade”.

Com referência aos exemplos da Zona 1, a varanda no Minho é considerada uma dependência complementar ao espaço da casa.

Apesar da comunicação que existe, através de pequenas aberturas muito controladas, cremos que estes exemplos de varanda não podem ser enquadrados numa lógica de entendimento de um espaço fluido, uma vez que não constituem o prolongamento de um espaço interior. Assim, esta varanda constitui-se como um espaço autónomo, no qual “as actividades participam do exterior, da paisagem, do Sol e do ar livre” e aonde é possível sobrepor uma outra utilização qualquer¹⁸, ou então simplesmente vivenciado “para “os ócios ou o sossegado labor dos ocupantes”¹⁹.

Casos de estudo particularmente interessantes são os exemplos apresentados da casa que incorpora no seu modo de habitar a área de sequeiro – que também funciona como sala de trabalho, zona de secagem de roupa, ou o que mais for necessário. Cria-se assim um espaço complementar de livre utilização, que na sua relação conjunta “a casa e o sequeiro equilibram-se nos seus valores”²⁰

Por outro lado, é também expressivo que nos exemplos

¹⁸ Um exemplo é varanda do tear da casa do Monte em Barcelos. Vd. *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 56

¹⁹ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1, p. 57

²⁰ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.1 p. 58



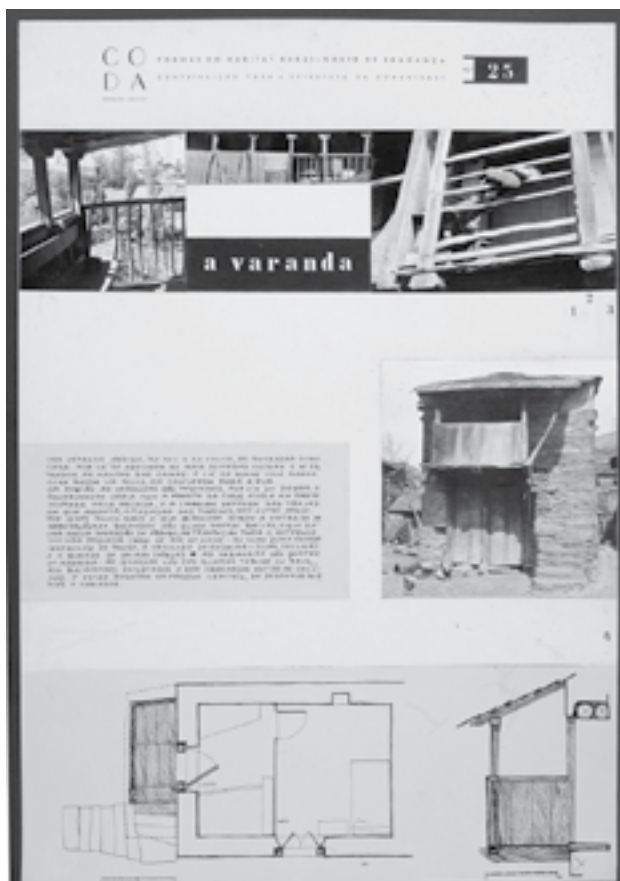


Fig1. Arnaldo Araújo: Formas do Habitar Rural – Norte de Bragança.
Contribuição para a estrutura da comunidade
Arquivo da família de Arnaldo Araújo

estudados a varanda não seja um espaço de utilização exclusiva das áreas da habitação que constituem o que funcionalmente se pode entender como uma “zona de perma-

nência diurna”. A sua articulação também com uma “zona nocturna ou íntima”²¹ vem, em nosso entender, reforçar a autonomia do carácter de um espaço que é por si só e que não está dependente de tipos de ocupação no habitar.

Mesmo quando as varandas são entendidas sobretudo como corredores de circulação e prolongamento da escada exterior, pela qual se acede ao sobrado, e por isso são elementos “que ligam a entrada da casa com qualquer quarto ou sala”²², não deixa de ser possível identificar nos desenhos a colocação de bancos corridos que de certa forma contrariam a exclusiva funcionalidade prática que lhe é atribuída.

Na análise da Zona 2 de Trás-os-Montes, a equipa, que procedeu a uma “análise amplamente articulada sobre uma vertente etnológica”²³, refere-se à varanda também como uma “dependência da casa”.

Do nosso ponto de vista, porém, nesta zona as características são um pouco diferentes das encontradas nos exemplos da Zona 1. Agora, a estrutura deste espaço-transição flui entre um espaço-interior e um espaço-exterior fortemente marcados. A habitação e a rua como que se complementam, e a varanda ao prolongar-se pela escada “(...) transporta para a rua alguma coisa da própria vida familiar, não só representada pelo extremamente variado mostruário de objectos que a guarnecem, como de outros tantos que se abrigam, descuidadamente, sob as sombras cavadas pelo balanço das construções.”²⁴

É muito expressiva a forma como esta equipa sintetiza o carácter deste espaço: “Se a casa é um mundo, a varanda é um pequeno mundo dentro desse mundo. (...) Presente-se nestas varandas o pulsar da vida destas casas.”²⁵ ou quando a propósito da escala da rua da aldeia refere que

²¹ Tipos de ocupação interna da casa estudados por Nuno Portas, em finais dos anos 50. Nuno Portas, A Habitação Social. Proposta para a Metodologia da sua Arquitectura. Porto: FAUP, Série 3, 2004 (CODA, ESBAP, 1959)

²² Arquitectura Popular em Portugal..., vol.1 p. 91

²³ Pedro Vieira de Almeida; Alexandra Cardoso. Arnaldo Araújo, Arquitecto (1925-1982). Porto: CEAA, Edições Caseiras / 1, 2002, p.12

²⁴ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.1, p. 146

²⁵ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.1, p. 148



Fig 2. Pedrógão Pequeno: situação actual de um exemplo de varanda envidraçada registado pela equipa das Beiras. 2010 (© Nuno Pinto Cardoso)

“(...) os cantos e recantos de paredes, e escadas e entradas e alpendres compartimentam o espaço em fugas muito variadas de liberdade e escuridão.”²⁶

Note-se que, ainda no decorrer do Inquérito e a partir do estudo desta zona, Arnaldo Araújo, um dos membros desta equipa, apresenta a sua tese de licenciatura, dedicada ao habitat rural. Ao espaço da varanda é dedicado um dos painéis para registar que “por lá se arrumam as mais diversas coisas e se estendem as mantas das camas, e lá se dorme uma sesta ou se passa um pouco, em conversa para a rua. As beiradas são quase sempre baixas, o que dá uma maior sensação de abrigo, em transição para o exterior”²⁷.

Por sua vez, a equipa da Zona 3 – Beiras, considera as “varandas alpendradas frequentemente envidraçadas” como elementos significativos de uma certa maneira de

habitar e “porventura os elementos primaciais da Arquitectura Beirã”²⁸. Ao ter reforçado as “múltiplas possibilidades” deste tema arquitectónico, “que participa simultaneamente do interior e do exterior das casas”²⁹ e que por vezes se converte no espaço “de maior permanência e utilidade”³⁰ dentro da mesma, a varanda veio a significar valor acrescido para a arquitectura desta região.

Neste caso, condicionantes de ordem climática – captar os raios do Sol para proteger o beirão de frios rigorosos – estão na génese destas varandas. Nelas “passa-se o tempo e espera-se a morte, quando a idade e a invalidez já não deixam participar nas tarefas úteis”³¹.

À medida que descemos para Sul, a casa isola-se mais da rua e prolonga-se para o exterior através de espaços que, apesar de serem ao ar livre, se limitam com muros planos ou se abrigam com trepadeiras ou latadas. Estes espaços, para além de plasticamente expressivos nas suas tramas de luz e de sombra, têm uma função de equilíbrio térmico, frescos no Verão e solarengos no Inverno. Neles se permanece o máximo de tempo que o dia permite. Sempre que se pode vive-se e trabalha-se nestes espaços. São também locais de reunião entre várias famílias.

Os alpendres, focados na Estremadura pela equipa da Zona 4, são espaços de continuidade do exterior para o interior da habitação, que marcam pela sua composição e valor plástico a zona da entrada da casa. Esta ligação de continuidade torna-o num espaço mais de atravessamento cuja vivência existe muito em função das condições climáticas, em especial nos invernos temperados.

Estes espaços podem também criar uma “zona protec-

²⁶ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.1, p. 177

²⁷ Arnaldo Araújo, Formas do Habitar Rural – Norte de Bragança. Contribuição para a estrutura da comunidade. CODA, ESBAP, 1957

²⁸ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.2, p.16

²⁹ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.2, p. 75

³⁰ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.2, p. 100

³¹ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.2, p. 75

tora e intermédia entre a casa e o exterior”³², que pela sua escala contida, pé direito baixo e por vezes a colocação de um ou dois bancos laterais, lhe conferem um carácter mais de espaço de estar.

Podemos verificar como o mesmo elemento arquitectónico – o alpendre – pode estruturar níveis de intensidade na relação entre o dentro e o fora que se vem reflectir no modo de usar a casa.

Importa ainda registar a existência nesta zona, de uma solução singular, diferente de todas as que temos vindo a apreciar mas que, em termos vivenciais, temos que enquadrar dentro da noção de espaço-transição: é o caso das casas das zonas rurais em torno de Lisboa, em que todo o interior da casa se articula a partir de uma área de entrada ampla, que acolhe o pavimento da rua, e que expressivamente se chama “sala de fora”.

Por sua vez, a equipa da Zona 5 – Alentejo, sublinha a influência da paisagem da grande planície alentejana na organização de um dos grandes grupos de construção desta região – “o monte”

Estas herdades agrícolas estão quase sempre implantadas sobre uma suave colina ou cabeço. O seu isolamento na paisagem reflecte-se na arquitectura, através da presença de um certo sentido de protecção, patente na sua construção em torno de um grande pátio fechado que permite a articulação e vigilância entre as diferentes dependências. Em contrapartida, o exterior apresenta apenas pequenas aberturas, muitas vezes gradeadas, sobressaindo o carácter sóbrio, sólido e compacto da construção, reforçado pelo seu sentido de horizontalidade.

A organização funcional é bem clara e estruturada: a habitação do feitor, as dependências dos empregados, a área

destinada aos animais, as arrecadações para os produtos e máquinas agrícolas e o forno de pão articulam-se em torno do pátio central. Elemento primacial de todo o conjunto, a vivência deste espaço exterior é sustentada na relação com o colectivo, que não se mistura com a intimidade inerente ao uso dos espaços interiores.

Por último, na Zona 6 do Algarve, para além do uso frequente da varanda, considerado por esta equipa um “elemento importante no carácter arquitectónico desta Zona”³³, surge uma nova configuração de mais um espaço que é complemento à habitação – a açoteia –. “Sistema de cobertura horizontal que serve para a seca dos frutos, dos cereais, dos feijões e das abóboras”³⁴, à semelhança da eira do Norte, mas agora inserida dentro dos limites da casa.

Tão usados como as açoteias, os pátios algarvios são também elementos que caracterizam esta região. Adossado à habitação no plano da sua entrada a Sul, este espaço aberto, que apenas as condições favoráveis do clima tornam possível, é o prolongamento da sala para o exterior contendo “perfeitas condições de habitabilidade e utilização”³⁵.

O pavimento revestido com tijoleira semelhante à usada no interior e os muretes baixos e corridos com recorte para a sua utilização como bancos, qualificam esta zona de estar e de convívio como uma verdadeira sala ao ar livre. Aí a parreira desempenha o papel de filtro térmico por excelência – fornece os frutos e a sombra no Verão, e no Inverno, sem folhas, deixa os raios solares passar livremente.

As casas em banda dos pescadores das vilas de Olhão e Fuseta são exemplos de unidades de habitação que encerram em si alguma singularidade na forma como são vividas.

³² *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.2, p. 217

³³ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 168

³⁴ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 129

³⁵ *Arquitectura Popular em Portugal...*, vol.3, p. 162



O interior é um contínuo de espaços que se transformam - “o corredor de quartos alarga-se para se transformar numa dependência para refeições e trabalho”³⁶, e a cozinha por vezes reduz-se a uma lareira no exterior, protegida sob o vão das escadas. Para o exterior, esta continuidade verdadeiramente dinâmica estabelece-se através de um jogo de planos que configuram o pátio, as escadas e a açoteia.

Com a leitura que aqui se faz da habitação popular pretendemos iniciar uma averiguação do real significado do espaço-transição no campo geral da expressividade arquitectónica, significado que de nenhum modo se pode circunscrever apenas à arquitectura vernacular. Efectivamente, as mesmas questões estão subjacentes à expressividade própria de algumas das linguagens eruditas, sendo fundamental para a compreensão não só da arquitectura moderna como da arquitectura em geral.

Este trabalho foi realizado no âmbito do projecto A “Arquitectura Popular em Portugal. Uma Leitura Crítica, financiado por fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE (FCOMP-01-0124-FEDER-008832) e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia (PTDC/AUR-AQI/099063/2008).

³⁶ Arquitectura Popular em Portugal..., vol.3, p. 204

